

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES
SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA
EM GARANTIA REAL COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA
DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS
GUARIROBA S.A.**

que entre si fazem, de um lado,

ÁGUAS GUARIROBA S.A.
na qualidade de emissora

e, de outro lado,

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
na qualidade de agente fiduciário

e, ainda,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.,
na qualidade de interveniente garantidora

em 20 de agosto de 2014



ÍNDICE

1. AUTORIZAÇÃO	3
2. DOS REQUISITOS	4
3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO	5
4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	7
5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO	16
6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA	23
7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO	28
8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	36
9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA	37
10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	41
11. FORO	43

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

ÁGUAS GUARIROBA S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Antonio Maria Coelho, n.º 5401, Bairro Santa Fé, CEP 79.021-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.089.570/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora” ou “Companhia”); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”).

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a CVM, constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.744, 8º andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.827.501/0001-58, neste ato devidamente representada por seus representantes legais (“AEGEA Saneamento” ou “Interveniente Garantidora” e em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, “Partes”).

Celebram o presente “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.” (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A Emissão das Debêntures e a oferta pública de distribuição das Debêntures com esforços restritos de colocação (“Oferta”), nos termos da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”) serão realizadas com base na deliberação da Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 12 de agosto de 2014 (“RCA da Emissora”), na qual foram deliberadas e aprovadas as condições da Emissão, nos termos do artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

1.2 A Fiança e as Garantias Reais (conforme definidas abaixo) prestadas pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, conforme o caso, foram devidamente autorizadas na RCA da Emissora e



Handwritten signature and initials.

Reunião do Conselho de Administração da Aegea Saneamento, realizada em 12 de agosto de 2014 (“RCA Aegea Saneamento”).

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1.1 Arquivamento e Publicação das Deliberações

2.1.1.1 A ata da RCA da Emissora mencionada nas Cláusulas 1.1 e 1.2 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado do Mato Grosso do Sul (“JUCEMS”). A ata da RCA da Emissora será publicada no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul e no Correio do Estado, nos termos do artigo 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.1.2 A ata da RCA Aegea Saneamento, de que trata a Cláusula 1.2 acima, será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), bem como publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no Diário Comercial de São Paulo, nos termos do artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser levados a registro pela Emissora na JUCEMS em até 5 (cinco) dias úteis da data de respectiva assinatura, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II e seu §3º, da Lei das Sociedades por Ações, devendo a respectiva Escritura e seus eventuais aditamentos, devidamente arquivados na JUCEMS, serem enviados no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção dos respectivos registros, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

2.1.2.2 Em virtude da Fiança (conforme definida abaixo) de que trata a Cláusula 4.9 abaixo, a presente Escritura e eventuais aditamentos serão registrados nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro e (iii) Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul (em conjunto, os “Cartórios”), nos termos da Cláusula 4.9.13 abaixo.

2.1.3 Dispensa do Registro na CVM

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.4.1 A presente Emissão será registrada na ANBIMA, exclusivamente para envio de informações da base de dados, por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e por não haver prospecto, nos termos do artigo 1º, inciso I, parágrafos 1º e 2º, do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”), atualmente em vigor, até a data de comunicação de encerramento da Oferta desde que expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA nesse sentido.

2.1.5 Registro dos Contratos de Garantia



8374194v6 11470/2 4

2.1.5.1 Os Contratos de Garantia (conforme definido abaixo) deverão ser registrados nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos, conforme neles dispostos, nos termos da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada (“Lei de Registros Públicos”), em até 20 (vinte) dias da data da liquidação das Debêntures. No prazo de até 10 (dez) dias úteis após a obtenção dos respectivos registros, a Emissora encaminhará uma via original devidamente registrada ao Agente Fiduciário.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social: (i) operação e gerenciamento de atividades objeto da concessão do serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário outorgada, em caráter de exclusividade, pelo município de Campo Grande, designadamente para fins de captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, bem como coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem; (ii) projeto e construção de sistemas de captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, bem como coleta, tratamento, deposição ou eliminação de esgotos sanitários e/ou resíduos sólidos, bem como sua reciclagem; (iii) fabricação, instalação, supervisão e montagem de equipamentos relacionados com sua atividade fim; (iv) compra, venda e produção de materiais relacionados com sua atividade fim; (v) operações de importação e exportação relacionadas com os objetivos sociais; (vi) prestação de serviços e assistência técnica nas áreas de atividade da sociedades; e (vii) participação em outras sociedades dedicadas à sua área de atividade, comerciais ou civis, nacionais e/ou estrangeiras, na qualidade de acionista ou quotista.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 A presente Emissão é a 2ª (segunda) emissão de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em série única.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da Emissão será de R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 20.000 (vinte mil) Debêntures.

3.6 Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1 O Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04, atuará como banco liquidante (“Banco Liquidante”) e a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64, atuará como escriturador mandatário das Debêntures (“Escriturador Mandatário”).



3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da presente Emissão serão destinados para liquidação da totalidade das debêntures emitidas no âmbito da primeira emissão de debêntures da Emissora, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais), realizada por meio do “Instrumento Particular de Escritura da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária a ser Convolada em Garantia Real com Garantias Adicionais Real e Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.”, celebrado em 17 de dezembro de 2012, com vencimento em 17 de dezembro de 2019, conforme aditado em 29 de outubro de 2013 (“1ª Emissão de Debêntures”), bem como para fazer frente ao programa de investimentos previstos no Contrato de Concessão, distribuição de dividendos e composição de reserva de liquidez, todos no âmbito da gestão ordinária dos seus negócios.

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto nas Cláusulas 3.8.2 a 3.8.4 abaixo, no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelo investidor, nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, observado ainda o cumprimento pela Emissora das obrigações definidas no artigo 17 da Instrução CVM 476. Observado o disposto no artigo 4º, incisos I e II, da Instrução CVM 476, somente investidores qualificados (“Investidores Qualificados”), nos termos da definição da Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), poderão subscrever ou adquirir as Debêntures, nos termos do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3 Conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM 409, são Investidores Qualificados: (i) instituições financeiras; (ii) companhias seguradoras e sociedades de capitalização; (iii) entidades abertas e fechadas de previdência complementar; (iv) pessoas físicas ou jurídicas que possuam investimentos financeiros em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais) e que, adicionalmente, atestem por escrito sua condição de investidor qualificado mediante termo próprio; (v) fundos de investimento destinados exclusivamente a investidores qualificados; (vi) administradores de carteira e consultores de valores mobiliários autorizados pela CVM, em relação a seus recursos próprios; e (vii) regimes próprios de previdência social instituídos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou por Municípios.

3.8.4 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da presente Oferta: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas que investirem nas Debêntures deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM 476, sob o regime de garantia firme de colocação, com intermediação do



Banco BTG Pactual S.A., instituição financeira com escritório no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.477, CEP 04538-133, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 30.306.294/0002-26 (“Coordenador Líder” ou “BTG Pactual”) e do HSBC Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., instituição financeira com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.064, 2º andar, CEP 01.451-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.229.246/0001-10 (“Coordenador HSBC” e, em conjunto com o Coordenador Líder, “Coordenadores” ou “Instituições Intermediárias”), por meio do módulo MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP, que poderão acessar até, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados e destinadas exclusivamente à subscrição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observados o artigo 3º da Instrução CVM 476 e os termos e condições dispostos no “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, sob Regime de Garantia Firme de Colocação, da 2ª Emissão da ÁGUAS GUARIROBA S.A.” (“Contrato de Colocação”).

3.10 Autorização para Alteração da Espécie (Convolação) das Debêntures

3.10.1. Fica desde já aprovado o “Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.” a ser celebrado pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário e a Interveniente Garantidora, de forma a alterar a espécie das Debêntures para com garantia real, na forma do Anexo I a esta Escritura (“Primeiro Aditamento”), razão pela qual fica, desde já, estabelecido que não será necessária a realização de assembleia geral de debenturistas para aprovação do referido aditamento.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal” ou “Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 Data de Emissão

4.1.2.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2014 (“Data de Emissão”).

4.1.3 Prazo e Data de Vencimento

4.1.3.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 (sessenta) meses contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de agosto de 2019 (“Data de Vencimento”), ressalvadas (i) as hipóteses de vencimento antecipado previstas na Cláusula 5.3 abaixo; e (ii) as hipóteses de resgate antecipado prevista na Cláusula 5.2 abaixo. Na ocasião do vencimento antecipado, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo), calculados na forma prevista nesta Escritura, e de Encargos Moratórios, se for o caso.



TEXT_SP 8374194v6 11470/2 7

[Handwritten signature]

4.1.4 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.4.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de cautelares e certificados.

4.1.5 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.5.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Escriturador Mandatário. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista, quando estes títulos estiverem custodiados eletronicamente na CETIP.

4.1.6 *Espécie*

4.1.6.1 As Debêntures serão da espécie quirografária com garantia adicional fidejussória a ser convolada em garantia real com garantia adicional fidejussória.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.2 **Subscrição, Integralização e Forma de Pagamento**

4.2.1 *Prazo de Subscrição e Integralização*

4.2.1.1 A integralização das Debêntures será realizada à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido dos respectivos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis* desde a Data da Emissão até a data de sua efetiva subscrição e integralização, de acordo com as normas de liquidação previstas pela CETIP, considerando-se o preço unitário com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento. Todas as Debêntures desta Emissão deverão ser subscritas e integralizadas em uma única data.

4.2.1.2 As Debêntures não estão sujeitas a qualquer atualização monetária.

4.3 **Direito de Preferência**

4.3.1 Não há direito de preferência dos atuais acionistas da Emissora na subscrição das Debêntures.

4.4 **Remuneração**

4.4.1 *Juros Remuneratórios*

4.4.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios, desde a Data de Emissão, ou data do pagamento de juros imediatamente anterior, e pagos ao final de cada Período de Capitalização até a Data de Vencimento, estabelecidos com base na variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, *Over Extra-Grupo* (“Taxas DI”), expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescidas de uma sobretaxa de 1,40% (um inteiro e quarenta centésimos por



cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidente sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture, nos termos da Cláusula 4.4.1.2 abaixo, salvo nas hipóteses de vencimento antecipado e resgate antecipado (conforme dispostos nas Cláusulas 5.2 e 5.3 abaixo), casos em que os juros remuneratórios devem ser pagos na forma e prazos previstos nas Cláusulas 5.2.2 e 5.3.1.1, conforme aplicável (“Juros Remuneratórios”).

4.4.1.2 Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da Data de Emissão, nos dias 15 de fevereiro e 15 de agosto de cada ano, sendo o primeiro pagamento devido em 15 de fevereiro de 2015, cada data uma Data de Pagamento da Remuneração.

4.4.1.3 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde:

“J” Valor unitário dos Juros Remuneratórios devidos no final de cada Período de Capitalização (conforme definido abaixo), calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento;

“VNe” Valor Nominal Unitário (ou saldo Valor Nominal Unitário, conforme aplicável) no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

“Fator de Juros” Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde:

“Fator DI” Produtório das Taxas *DI-Over_k*, da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo dos Juros Remuneratórios (exclusive), calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{FatorDI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde:

“n” Número total de Taxas *DI-Over* consideradas na apuração do “Fator DI” em cada Período de Capitalização, sendo “n” um número inteiro;

“K” Número de ordem das Taxas *DI*, variando de 1 até n;

“TDI_k” Taxa *DI-Over* de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma;



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Onde:

“DI_k” Taxa DI-Over de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

“FatorSpread” sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

Onde:

“spread” 1,4000 (um inteiro e quatro décimos);

“DUP” Número de Dias Úteis entre a Data de Emissão das Debêntures ou data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, e a data atual, sendo “DUP” um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (v) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (vi) O período de capitalização da Remuneração (“Período de Capitalização”) é, para o primeiro Período de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão das Debêntures, e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais Períodos de Capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.



4.4.1.4 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.1.5 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias corridos e consecutivos da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, imediatamente, no caso de sua extinção ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) no prazo de até 2 (dois) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula 4.4.1.5, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo).

4.4.1.6 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.4.1.7 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias a contar a partir da data de realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a alternativa escolhida dentre:

- (i) a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos desta Escritura, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos até a data do efetivo resgate e dos Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se for o caso, e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento ou capitalização dos Juros Remuneratórios, conforme o caso. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida; ou
- (ii) a Emissora resgatará antecipadamente, e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo médio remanescente das Debêntures e a Data de Vencimento. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento dos Juros Remuneratórios continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures, será utilizada uma taxa de remuneração substituta a ser definida por 2/3 (dois terços) dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a



respectiva taxa substituta dos Juros Remuneratórios seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis utilizada pela Taxa DI.

4.4.1.8 A Interviente Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 4.4.1.4 a 4.4.1.7 acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (“Código Civil”), mantendo-se as garantias válidas e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar obrigação à Emissora de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento, pela Emissora, de tal obrigação. A Interviente Garantidora desde já concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto acima.

4.5 Repactuação

4.5.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.6 Amortização

4.6.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, em 3 (três) parcelas anuais a partir do 3º (terceiro) ano a contar da Data de Emissão, ou seja no 3º (terceiro) ano em 15 de agosto de 2017, no 4º (quarto) ano em 15 de agosto de 2018 e no 5º (quinto) ano em 15 de agosto de 2019, nos termos da tabela abaixo, salvo no caso de vencimento antecipado e resgate antecipado, conforme previstos nas Cláusulas 5.2 e 5.3 desta Escritura.

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
15 de agosto de 2017	33,33%
15 de agosto de 2018	33,33%
15 de agosto de 2019 (Data de Vencimento)	Saldo

4.7 Condições de Pagamento

4.7.1 Local de Pagamento e Imunidade Tributária

4.7.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador Mandatário; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.7.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador Mandatário, com cópia para a Emissora, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis antes da data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.7.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.7.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender as condições e requisitos porventura



prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Escriturador Mandatário, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Escriturador Mandatário ou pela Emissora.

4.7.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.7.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das Partes, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário no (i) Município de São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, ou (iii) Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado declarado nacional.

4.7.3 *Encargos Moratórios*

4.7.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, independente de notificação judicial ou extrajudicial, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.7.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.7.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora ou pelo Agente Fiduciário, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou até as datas de amortização definidas na Cláusula 4.6.1 desta Escritura.

4.8 **Publicidade**

4.8.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Mato Grosso do Sul e no Correio do Estado, jornal de grande circulação usualmente utilizado pela Emissora para suas publicações legais, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação em até 2 (dois) dias úteis da data da sua realização, sendo certo, ainda, que caso a Emissora altere seu jornal de publicação após a Data de Emissão, deverá enviar notificação, em até 2 (dois) dias úteis da publicação da ata que deliberar sobre essa alteração, ao Agente Fiduciário informando o novo veículo e publicar, nos jornais anteriormente utilizados, aviso aos Debenturistas informando o novo veículo.



4.9 Garantia Fidejussória

4.9.1 Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e acessórias, pecuniárias ou não, presentes e futuras, assumidas nesta Escritura, e nos demais documentos da Emissão, a Interviente Garantidora presta fiança (“Fiança”) em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, dos valores devidos nos termos desta Escritura e dos demais documentos da Emissão, incluindo: (i) o Valor Nominal das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso, calculados nos termos desta Escritura; (ii) todos os acessórios e principal, inclusive qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de despesas judiciais, extrajudiciais e/ou verbas indenizatórias, quando houver, nos termos do artigo 822 do Código Civil, desde que tais custos ou despesas tenham sido previamente informados e devidamente comprovados à Emissora, bem como despesas com Agente Fiduciário, Escriturador Mandatário, Banco Liquidante e verbas indenizatórias, quando houver (“Obrigações Garantidas”).

4.9.2 Todo e qualquer pagamento realizado pela Interviente Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, exceto nas hipóteses de retenção direta na fonte.

4.9.3 As Obrigações Garantidas serão cumpridas e pagas, observado o disposto na Cláusula 5.3.1.1.II, conforme o caso, pela Interviente Garantidora em até 2 (dois) dias úteis após recebimento de notificação por escrito do Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas à Interviente Garantidora, respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis previstos nessa Escritura, independentemente de qualquer pretensão, ação, disputa ou reclamação que a Emissora venha a ter ou exercer em relação às suas obrigações que deverá ser acompanhada, quando aplicável, de comprovantes de despesas incorridas. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário após a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação pela Emissora. Quaisquer pagamentos devidos deverão ser realizados, fora do âmbito da CETIP, e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.9.4 A Interviente Garantidora declara-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, fiadora e principal pagadora das Obrigações Garantidas, solidariamente responsável com a Emissora, nos termos desta Escritura e em conformidade com o artigo 818 do Código Civil.

4.9.5 Fica facultado à Interviente Garantidora cumprir ou efetuar pagamento de obrigação inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive, durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura, hipótese em que o inadimplemento da Emissora será sanado pela Interviente Garantidora.

4.9.6 A Interviente Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 821, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil e artigo 77 e 595 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973 (“Código de Processo Civil”).

4.9.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pela Interviente Garantidora com o fito de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.



4.9.8 A Interveniente Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto desta Cláusula 4.9, até o limite da parcela da dívida efetivamente honrada, sendo certo que a Interveniente Garantidora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas.

4.9.9 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão e permanecerá válida em todos os seus termos até a data do integral, efetivo e irrevogável pagamento das Obrigações Garantidas, inclusive nos casos de prorrogação da Data de Vencimento.

4.9.10 A Interveniente Garantidora declara e garante, conforme aplicável, que (i) a prestação desta Fiança foi devidamente autorizada por seu respectivo órgão societário competente; (ii) todas as autorizações necessárias para prestação desta Fiança foram obtidas e se encontram em pleno vigor; e (iii) o prazo determinado para fins do artigo 835 do Código Civil será a data do pagamento e cumprimento integral de todas as obrigações previstas nos documentos da Oferta.

4.9.11 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, sob qualquer hipótese, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto, podendo a Fiança ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas, devendo o Agente Fiduciário, para tanto, notificar imediatamente a Emissora e a Interveniente Garantidora.

4.9.12 Fica desde já certo e ajustado que o inadimplemento de obrigação pela Emissora, no prazo de cura estipulado nesta Escritura, não configura em nenhuma hipótese, inadimplemento pela Interveniente Garantidora das obrigações por ela assumidas nos termos da Escritura.

4.9.13 Em virtude da Fiança prestada pela Interveniente Garantidora, a presente Escritura e eventuais aditamentos serão registrados pela Emissora, em até 10 (dez) dias úteis da data de respectiva assinatura, nos competentes Cartórios. No prazo de 10 (dez) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário via original devidamente registrada.

4.10 Garantias Reais a serem Constituídas

4.10.1 Para assegurar o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, serão concedidas as seguintes garantias reais em favor dos titulares das Debêntures ("Garantias Reais"), representados pelo Agente Fiduciário:

- (i) penhor, em primeiro grau, de ações equivalentes a 25% (vinte e cinco inteiros por cento) do capital social total da Emissora, detidas pela AEGEA Saneamento, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a Emissora, a AEGEA Saneamento e o Agente Fiduciário ("Contrato de Penhor de Ações"); e
- (ii) a cessão fiduciária (a) de 25% (vinte e cinco inteiros por cento) dos direitos creditórios oriundos do Contrato de Concessão, cujos valores deverão ser necessariamente transferidos da conta centralizadora da totalidade dos recebíveis do Contrato de Concessão para a Conta Vinculada mantida pela Emissora junto à Caixa Econômica Federal (104), agência 1979, conta corrente nº 003.2567-5 ("Conta Vinculada"); e (b) da Conta Vinculada e dos direitos creditórios oriundos da Conta Vinculada, incluindo os relacionados a quaisquer investimentos realizados com recursos da Conta Vinculada, tudo nos termos dispostos no respectivo Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, celebrados entre o Agente Fiduciário, a Caixa Econômica Federal, na



qualidade de banco centralizador, e a Emissora (“Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios” conjuntamente ao Contrato de Contrato de Penhor de Ações denominados “Contratos de Garantia”).

4.10.2 Fica desde já certo e ajustado que a Emissora terá o prazo de até 20 (vinte) dias após a data de liquidação das Debêntures para realizar a constituição das Garantias Reais previstas nesta Cláusula 4.10, nos termos dos Contratos de Garantia.

4.10.3 A Garantia Fidejussória prevista na Cláusula 4.9 acima e as Garantias Reais previstas nesta Cláusula 4.10, uma vez constituídas, serão compartilhadas entre os titulares das Debêntures, de forma *pari passu e pro rata*, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão.

5. DA AQUISIÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA, DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO, DA AMORTIZAÇÃO ANTECIPADA FACULTATIVA E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, respeitando o prazo mínimo da Instrução CVM 476, adquirir Debêntures em circulação no mercado, (i) por valor igual ou inferior ao saldo do Valor Nominal Unitário, devendo o fato constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora; ou (ii) por valor superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, observado o disposto no artigo 55, §3º, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto deste procedimento poderão (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de ato deliberativo da Emissora, (ii) permanecer em tesouraria, ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures.

5.2 Resgate Antecipado Facultativo ou Amortização Antecipada Facultativa

5.2.1 As Debêntures poderão, a critério exclusivo da Emissora, a partir da Data de Emissão, ser totalmente resgatadas, por meio de envio ou de publicação de comunicado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando: (i) a data do resgate, e (ii) qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas (“Resgate Antecipado Facultativo”).

5.2.2 Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo, o valor devido pela Emissora será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate e acrescido de prêmio equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 dias sobre o valor resgatado, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo e a Data de Vencimento das Debêntures, de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{\text{resgate}} = VR + VR * (d/252 * 0,25\%)$$

Sendo que:



VR = saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Facultativo, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures; e

d = quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures.

5.2.3 A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização de Resgate Antecipado Facultativo com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento. O pagamento das Debêntures resgatadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.2.4. A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser facultativamente amortizadas de forma antecipada e a qualquer tempo, desde que tal amortização reste limitada a até 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, por meio de envio ou de publicação de comunicado ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, informando (i) a data da amortização antecipada, (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, e (iii) qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas (“Amortização Antecipada Facultativa”).

5.2.5 Por ocasião da Amortização Antecipada Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, acrescida dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Antecipada Facultativa, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização e acrescido de prêmio equivalente a 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) ao ano base 252 dias sobre o valor amortizado, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Antecipada Facultativa e a Data de Vencimento das Debêntures, observado o disposto na Cláusula 4.6 acima (Amortização), de acordo com a seguinte fórmula:

$$PU_{\text{amortização}} = VR + VR * (d/252 * 0,25\%)$$

Sendo que:

VR = parcela do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, acrescida dos Juros Remuneratórios e demais encargos devidos e não pagos até a data da Amortização Antecipada Facultativa, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures; e

d = quantidade de Dias Úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Antecipada Facultativa das Debêntures e a Data de Vencimento das Debêntures.

5.2.6 A Emissora deverá comunicar a CETIP, por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização da Amortização Antecipada Facultativa com, no mínimo, 2 (dois) dias



úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento. O pagamento das Debêntures amortizadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador Mandatário.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 Eventos de Vencimento Antecipado

5.3.1.1 Os titulares das Debêntures e/ou o Agente Fiduciário, agindo em conjunto ou isoladamente, deverão, observado o disposto na Cláusula 8.8 abaixo, automaticamente ou por meio de Assembleia Geral de Debenturistas, conforme o caso, e respeitados os prazos de cura, quando aplicáveis, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto da Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora e/ou Interveniente Garantidora, do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures acrescido dos Juros Remuneratórios devidos e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão, ou data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Vencimento Antecipado”):

- I. nos casos abaixo, automática e independentemente de deliberação em Assembleia Geral de Debenturistas (exceto se previsto especificamente abaixo) e caso não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretando o vencimento antecipado automático das Debêntures. Nestes casos, o Agente Fiduciário deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido em até 2 (dois) dias úteis contados de sua ciência acerca do inadimplemento, independentemente de aviso, notificação judicial ou extrajudicial ou interpelação.
 - (i) inadimplemento, pela Emissora ou pela Interveniente Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão ou em quaisquer dos Contratos de Garantia, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil a contar da data do respectivo descumprimento;
 - (ii) aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida na Cláusula 3.7 desta Escritura;
 - (iii) caso a presente Escritura, quaisquer dos Contratos de Garantia, ou ainda, quaisquer documentos relacionados à Oferta ou quaisquer de suas disposições substanciais sejam revogados, rescindidos, anulados ou deixem de estar em pleno efeito e vigor;
 - (iv) não constituição da totalidade das Garantias Reais em até 20 (vinte) dias da data da liquidação das Debêntures, conforme disposto nos respectivos Contratos de Garantia;
 - (v) falta de quitação das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures em até 5 (cinco) dias úteis da data de liquidação das Debêntures;
 - (vi) não atendimento das obrigações de limites, percentuais e/ou valores das Garantias Reais, bem como de reforço nos termos previstos pelos Contratos de Garantia, caso as Garantias Reais sejam anuladas ou invalidadas, ou ainda caso sejam objeto de penhora, arresto ou qualquer medida judicial ou administrativa de efeito similar que anulem, invalidem, reduzam ou tornem insuficientes as Garantias Reais concedidas, após decorridos os respectivos prazos de cura previstos nos Contratos de Garantia;



- (vii) apresentação de (a) pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora, por qualquer acionista controlador ou controlada, independente do deferimento do respectivo pedido; (b) de autofalência pela Emissora, independente do deferimento do respectivo pedido, ou (c) pedido de falência da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, formulado por terceiros (ou insolvência, conforme aplicável) não elidido ou contestado no prazo legal e/ou decretação de falência, liquidação, dissolução, insolvência (conforme aplicável) ou (d) extinção da Emissora e/ou da Interviente Garantidora;
- (viii) distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (ix) transformação da Emissora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- (x) descumprimento, pela Emissora ou pela Interviente Garantidora, de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, proferida contra a Emissora ou contra a Interviente Garantidora, que condene a Emissora ou a Interviente Garantidora ao pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), no que se refere à Emissora, ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no que se refere à Interviente Garantidora, corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – “IPCA” ou o equivalente em outras moedas, e que não tenha sido paga em até 30 (trinta) dias da data indicada para pagamento;
- (xi) declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira da Emissora ou da Interviente Garantidora, em valor superior individual ou agregado a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), no que se refere à Emissora, ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no que se refere à Interviente Garantidora, corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, incluindo operações no mercado de capitais local e equivalentes em outras moedas nos mercados de capitais internacionais;
- (xii) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Emissora, exceto se (i) previamente autorizado pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Emissora envolver exclusivamente sociedades integrantes do grupo econômico da Emissora; ou ainda (iii) a companhia resultante do processo de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias seja a Emissora;
- (xiii) rescisão, anulação, encampação, caducidade, suspensão, extinção ou transferência do Contrato de Concessão;



- (xiv) redução do capital social da Emissora exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando, no mínimo, a maioria simples das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; e
 - (xv) alteração do objeto social da Emissora ou da Interviente Garantidora previstos em seus respectivos estatutos sociais vigentes na Data de Emissão exceto se (i) previamente autorizado pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação; ou (ii) tal alteração não resulte em alteração da atividade principal da Emissora e da Interviente Garantidora, conforme aplicável.
- II. nos casos abaixo, o Agente Fiduciário, assim que tomar ciência, deverá dentro de 2 (dois) dias úteis convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definido abaixo) para deliberar sobre o não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas (conforme termo definido abaixo) instalada em primeira convocação, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação, ressalvados os casos abaixo descritos em que outro quorum foi expressamente indicado, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de aviso, notificação judicial ou extrajudicial ou interpelação. Na hipótese de não convocação ou de não instalação, em segunda convocação, da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 5.3.2 abaixo.
- (i) descumprimento, pela Emissora ou Interviente Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária descrita nesta Escritura e nos documentos que formalizarão as garantias das Debêntures, , não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis do prazo em que referida obrigação deveria ter sido cumprida, observado que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico de cura;
 - (ii) provarem-se falsas ou enganosas, ou ainda revelarem-se incorretas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora ou Interviente Garantidora nos documentos relacionados à Emissão, desde que não sanada no prazo de 5 (cinco) dias úteis;
 - (iii) protesto de títulos contra a Emissora ou contra a Interviente Garantidora cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), no que se refere à Emissora, ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no que se refere à Interviente Garantidora, corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA, ou o equivalente em outras moedas, exceto se: (i) no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis contados da data da intimação do protesto, a Emissora ou a Interviente Garantidora, conforme o caso, comprovar que referido protesto foi (a) indevidamente efetuado, (b) decorreu de erro ou má-fé de terceiros, (c) sustado ou (d) cancelado; ou, (ii) no mesmo prazo, os efeitos do protesto forem suspensos por decisão judicial;
 - (iv) inadimplemento de quaisquer obrigações financeiras da Emissora e/ou da Interviente Garantidora, com terceiros, realizadas no mercado local e/ou internacional, em valor individual ou agregado superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), no que se refere à Emissora, e



superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), no que se refere à Interveniente Garantidora, desde que não sanado no prazo de 3 (três) dias úteis;

- (v) existência de restrições cadastrais em órgãos de proteção ao crédito (SERASA, SPC, CCF, CADIN, dentre outros, inclusive de caráter fiscal), que venham a recair sobre a Emissora em valor individual ou agregado superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais), corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA; e que não sejam sanadas, satisfatoriamente esclarecidas ou formalmente contestadas, em até 15 (quinze) Dias Úteis a contar da data de conhecimento pela Emissora;
- (vi) descumprimento dos seguintes *covenants* financeiros, auferidos semestralmente com base nos últimos 12 (doze) meses, a partir das demonstrações financeiras auditadas da Emissora, sendo que a primeira verificação deverá ocorrer com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014:
 - Dívida Financeira Líquida/EBITDA: igual ou menor a 3,5; e
 - Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida: igual ou maior a 1,3.

Onde:

“Dívida Financeira Líquida” significa a Dívida Total menos o saldo em caixa e o saldo de aplicações financeiras;

“Dívida Total”: significa, a somatória de (I) todos os endividamentos da Emissora no que diz respeito a empréstimos de qualquer instituição financeira, incluindo, sem limitação, obrigações relativas a cartas de crédito; (II) todas as obrigações da Emissora representadas por debêntures, notas promissórias ou outros títulos e/ou valores mobiliários similares; (III) todas as obrigações da Emissora, na sua condição de arrendatária em contratos de leasing, em conformidade com os termos dos contratos de leasing registrados como leasing de bens do imobilizado, conforme aplicável; (IV) dívidas líquidas do saldo a receber e do saldo a pagar decorrentes de derivativos, incluindo contratos de hedge e/ou quaisquer outros contratos de derivativos.

“EBITDA”: significa, para qualquer período, o somatório do resultado antes do resultado financeiro e dos tributos da Emissora, acrescido de todos os valores atribuíveis a (sem duplicidade): (a) depreciação e amortização, incluindo a amortização do direito de concessão; (b) provisão de manutenção; e (c) apropriação de despesas antecipadas, sendo certo que o EBITDA deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses.

“Índice de Cobertura dos Serviços da Dívida (ICSD)”: representa a capacidade de pagamento da dívida da Emissora e é calculado como o fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais acrescido das captações de dívida, aportes de capital e saldo inicial em caixa e em aplicações financeiras, dividido pelo serviço da dívida da empresa, que inclui o pagamento de juros e do principal da Dívida Total, sendo certo que o ICSD deverá ser calculado com base nos últimos 12 (doze) meses baseado nas demonstrações financeiras auditadas de 31 de dezembro de cada ano;

- (vii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora ou Interveniente Garantidora das obrigações assumidas nesta Escritura ou nos Contratos de Garantia,



exceto se previamente aprovada pelo quorum de pelo menos 75% (setenta e cinco inteiros por cento) dos Debenturistas reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim;

- (viii) alteração no controle acionário indireto da Emissora, assim entendido como 50% (cinquenta por cento) mais um de ações do capital social da Emissora sem que tenha sido previamente aprovada pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim. Para fins de esclarecimento, são consideradas controladoras indiretas da Emissora, as sociedades LIV Participações e Empreendimentos Ltda. e Carlos de Moraes Toledo Participações Ltda. e/ou os respectivos sócios quotistas das mesmas, assim entendidos como as pessoas físicas pertencentes às famílias Vettorazzo e Toledo, respectivamente;
- (ix) cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Interviente Garantidora, exceto se (i) previamente autorizado pelos Debenturistas representando no mínimo 75% (setenta e cinco inteiros por cento) das Debêntures em circulação, conforme disposto no artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) referida cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias envolvendo a Interviente Garantidora envolver exclusivamente sociedades integrantes do grupo econômico da Interviente Garantidora; ou ainda (iii) a companhia resultante do processo de cisão, fusão, incorporação, incorporação de ações, mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) ou, ainda, a ocorrência de quaisquer operações ou reestruturações societárias seja a Interviente Garantidora;
- (x) desapropriação, confisco ou qualquer ato de qualquer entidade governamental competente que resulte na efetiva perda, pela Emissora, da propriedade e/ou posse direta ou indireta da totalidade ou parte substancial de seus ativos, mediante a imissão da posse pela respectiva autoridade governamental; e
- (xi) caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura, a celebração pela Emissora de contrato de mútuo, na qualidade de mutuante, ou qualquer contrato que tenha por objeto mútuos ou operações de crédito, exceto se previamente aprovado por debenturistas representando 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação reunidos em assembleia especialmente convocada para esse fim.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada à Emissora e à Interviente Garantidora, com cópia à CETIP, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário das Debêntures em Circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios, calculados *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão, ou a data do pagamento de Juros Remuneratórios imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário. Caso a Emissora e/ou a Interviente Garantidora não procedam ao pagamento das Debêntures na forma estipulada nesta Cláusula, além dos Juros Remuneratórios devidos serão acrescidos Valor Nominal das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento.



2

9

5.3.3 No caso de um dos Eventos de Vencimento Antecipado mencionados nesta Cláusula 5.3 vir a ocorrer, além da comunicação de que trata a Cláusula 5.3.2 acima, no que diz respeito às Debêntures registradas no CETIP21, para que a realização do pagamento ali referido ocorra por meio da CETIP, a mesma deverá ser comunicada com, no mínimo, 5 (cinco) dias úteis de antecedência.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

6.1 A Emissora adicionalmente se obriga a:

- (i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:
 - (a) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas completas da Interviente Garantidora e da Emissora relativas ao respectivo exercício social encerrado de 2014 em diante, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, bem como o relatório específico de apuração dos Índices Financeiros, elaborado pela Emissora, contendo a memória de cálculo com todas as rubricas necessárias que demonstre o cumprimento dos *covenants* financeiros, sob pena de impossibilidade de acompanhamento do referido *covenants* financeiros pelo Agente Fiduciário, podendo este solicitar à Emissora todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração assinada pelo(s) diretor(es) da Emissora, na forma do seu estatuto social, atestando: (a) que permanecem válidas as disposições contidas na Escritura de Emissão; (b) a não ocorrência de qualquer das hipóteses de vencimento antecipado e a inexistência de descumprimento de obrigações da Emissora perante os Debenturistas e o Agente Fiduciário; e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social;
 - (b) informações sobre quaisquer descumprimentos da Emissora, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura, no prazo de até 3 (três) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de tal descumprimento;
 - (c) quaisquer informações que o Agente Fiduciário solicitar, necessárias ao cumprimento, por parte da Emissora das suas obrigações nesta Escritura, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação enviada pelo Agente Fiduciário;
 - (d) disponibilizar no *website* da CVM, no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, cópia das atas das assembleias gerais da Emissora, se houver;
 - (e) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial envolvendo Emissora ou Interviente Garantidora em procedimento de valor individual ou agregado equivalente a, no mínimo R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) corrigidos anualmente a partir da Data de Emissão pelo IPCA em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento da referida correspondência;
 - (f) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência;
 - (g) todos os demais documentos e informações que a Emissora e/ou Interviente Garantidora devam apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, incluindo, mas não se limitando às vias originais da presente

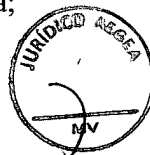


Escritura e eventuais aditamentos devidamente registradas na JUCEMS e nos Cartórios competentes, conforme aplicável;

- (h) notificar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer modificação no Contrato de Concessão que possa ser considerada como substancial, bem como comunicá-lo acerca de qualquer acontecimento que possa depreciar ou ameaçar a garantia prestada nos respectivos Contratos de Garantia na data de divulgação do fato relevante que tratar de tais acontecimentos, sendo que a Emissora tem a obrigação de divulgar o fato relevante imediatamente após ciência de qualquer fato, e, caso a Companhia não divulgue o fato relevante, deverá comunicar o Agente Fiduciário em até 5 (cinco) dias úteis contados da ciência de tal modificação ou acontecimento;
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente as obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social de 2014 em diante;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando em até 1 (um) dia útil o Coordenador Líder e o Agente Fiduciário; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (iv) disponibilizar, no prazo de até 90 (noventa) dias contados da Data de Emissão, na rede mundial de computadores da Emissora cópia das suas demonstrações financeiras completas e auditadas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2014;
- (v) prestar informações, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência, sobre qualquer autuação por qualquer órgão governamental, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Emissora, de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$8.000.000,00 (oito milhões de reais);



- (vi) caso solicitado, enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas nas alíneas “c” e “d” do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 028/09, de 02 de abril de 2009;
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) manter válida toda a estrutura de contratos e/ou acordos relevantes, os quais dão à Emissora, seu controlador direto, suas controladas diretas e indiretas, nos termos do artigo 116 da Lei de Sociedade por Ações, condição fundamental de funcionamento;
- (ix) celebrar, em conjunto com o Agente Fiduciário e a Interveniente Garantidora, o Primeiro Aditamento à esta Escritura, conforme termos e condições previstos no Anexo I à presente, com o objetivo de convolar as Debêntures, da espécie quirografária, em espécie com garantia real, em até 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção do registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (x) convolar as Debêntures de espécie quirografária em espécie com garantia real;
- (xi) contratar e manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e o Agente Fiduciário, bem como tomar todas e quaisquer providências que se façam necessárias para a manutenção das Debêntures;
- (xii) manter atualizados e em ordem seus livros e registros societários;
- (xiii) convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da presente Escritura, mas não o faça;
- (xiv) cumprir todas as determinações da CVM, da CETIP e ANBIMA, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (xvi) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (xvii) notificar, em até 3 (três) dias úteis, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como qualquer descumprimento das obrigações previstas nesta Escritura;
- (xviii) manter seus bens adequadamente seguros, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xix) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;



h
o

- (xx) manter sempre válidas e em vigor (ou solicitar aos devidos órgãos competentes) as licenças (inclusive ambientais) e autorizações que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;
- (xxi) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xxii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xxiii) não praticar qualquer ato em desacordo com o estatuto social da Emissora e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xxiv) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xxv) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Emissora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xxvi) não transferir ou por qualquer forma ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xxvii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xxviii) arcar com todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário;
- (xxix) respeitar a legislação e regulamentação relacionadas à saúde e segurança ocupacional, ao meio ambiente, e não incentivar a prostituição, tampouco utilizar ou incentivar mão-de-obra infantil e/ou em condição análoga à de escravo ou de qualquer forma infringir direitos dos silvícolas, em especial, mas não se limitando, ao direito sobre as áreas de ocupação indígena, assim declaradas pela autoridade competente;
- (xxx) cumprir rigorosamente com o disposto na legislação ambiental e trabalhista em vigor, em especial na Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente e nas demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a Emissora, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e



federais, que subsidiariamente venham legislar ou regulamentar as normas trabalhistas e ambientais em vigor;

- (xxxi) obriga-se, neste ato, em caráter irrevogável e irretratável, a cuidar para que as operações que venha a praticar no ambiente CETIP sejam sempre amparadas pelas boas práticas de mercado, com plena e perfeita observância das normas aplicáveis à matéria, isentando o Agente Fiduciário de toda e qualquer responsabilidade por reclamações, prejuízos, perdas e danos, lucros cessantes e/ou emergentes a que o não respeito às referidas normas der causa, desde que comprovadamente não tenham sido gerados por atuação do Agente Fiduciário; e
- (xxxii) inexistência de violação ou indício de violação pela Emissora, de qualquer dispositivo legal ou regulatório, relativo à prática de corrupção ou de atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 12.846/13.

6.2 A Interveniente Garantidora obriga-se a fornecer ao Agente Fiduciário os documentos e informações abaixo listados, bem como cumprir com as seguintes disposições:

- (i) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social encerrado de 2014 em diante, acompanhada de parecer dos auditores independentes;
- (ii) disponibilizar no *website* da CVM, no prazo estabelecido pela regulamentação aplicável, cópia das atas das assembleias gerais da Interveniente Garantidora que impactem nas obrigações assumidas neste instrumento, se houver;
- (iii) celebrar, em conjunto com o Agente Fiduciário e a Emissora, o Primeiro Aditamento à esta Escritura, conforme termos e condições previstos no Anexo I à presente, com o objetivo de convolar as Debêntures, da espécie quirografária, em espécie com garantia real, em até 5 (cinco) dias úteis contados da obtenção do registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
- (iv) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3.1.1 acima em até 2 (dois) dias úteis após a sua ocorrência, quando não realizado pela Emissora;
- (v) todos os demais documentos e informações que a Interveniente Garantidora deva apresentar e/ou prestar, nos termos e condições previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão;
- (vi) prestar informações, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis da ciência, sobre quaisquer autuação por quaisquer órgãos governamentais, de caráter fiscal, trabalhista, ambiental ou de defesa de concorrência, entre outras, em relação à Interveniente Garantidora de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais);
- (vii) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (viii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;



- (x) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Interviente Garantidora;
- (xi) efetuar recolhimentos de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora, caso esta não os realize;
- (xii) cumprir com todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, inclusive no que tange a destinação dos recursos;
- (xiii) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xiv) não praticar qualquer ato em desacordo com seu estatuto social e com esta Escritura, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os titulares das Debêntures;
- (xv) comparecer nas Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado;
- (xvi) salvo nos casos em que, de boa-fé, a Interviente Garantidora esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, cumprir, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis à condução dos seus negócios;
- (xvii) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura e nos demais documentos da Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas devidamente convocada para esse fim;
- (xviii) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, pelo pontual pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e
- (xix) responsabilizar-se, em conjunto com a Emissora, por todos os custos decorrentes (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP, (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora, e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, do Banco Liquidante e do Escriturador Mandatário.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS como agente fiduciário desta Emissão, o qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora ("Agente Fiduciário"), com o objetivo de cumprir os deveres estabelecidos nesta Escritura, na legislação e nos Contratos de Garantia.

7.1.1 O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora:



- (i) não ter qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, para exercer a função que lhe é conferida, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada (“Instrução CVM 28”);
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (ix) que está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil nº 1.832 de 31 de outubro de 1990;
- (x) que verificou, no momento da aceitação de sua função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivesse conhecimento;
- (xi) o representante legal que assina a presente Escritura tem poderes para assumir as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatário, teve os poderes legitimamente outorgados, estando o respectivo mandato em pleno vigor, conforme disposto em seu Estatuto Social; e
- (xii) que verificará, de acordo com os prazos previstos na presente Escritura e demais documentos da operação, a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das referidas garantias.

7.1.2 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.2 Adicionalmente, o Agente Fiduciário faz constar que, na data de assinatura da presente Escritura, conforme organograma encaminhado pela Emissora, identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: (i) 2ª (segunda) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da AEGEA Saneamento (“2ª Emissão da AEGEA Saneamento”), com vencimento em 25 de abril de 2015, em que foram emitidas 150.000 (cento e cinquenta mil) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização,



conversão, repactuação e/ou inadimplemento, nos termos da escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 2ª Emissão da AEGEA Saneamento são garantidas por (a) garantia fidejussória da Engepav Engenharia e Comércio Ltda. (“Engepav”); (b) por penhor de ações equivalentes a 54,39% (cinquenta e quatro inteiros e trinta e nove centésimos por cento) do capital social da AEGEA Saneamento, detidas pela AEGEA Investimentos e Saneamento 100% Fundo de Participações; e (c) por cessão fiduciária de 50% (cinquenta por cento) dos recebíveis do fluxo de dividendos a serem distribuídos pela Prolagos S.A. – Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Águas de Guariroba S.A., Engepav à AEGEA Saneamento, conforme previsto na escritura de emissão; e (ii) 1ª (primeira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real com garantias adicionais real e fidejussória, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, da Emissora (“1ª Emissão da Emissora”), com vencimento em 17 de dezembro de 2019, em que foram emitidas 130 (cento e trinta) debêntures, na data de emissão, no valor de R\$130.000.000,00 (cento e trinta milhões de reais). Até a presente data não foi verificado qualquer evento de resgate antecipado, amortização, conversão, repactuação e/ou inadimplemento, nos termos da escritura de emissão. Na data da emissão, as debêntures da 1ª Emissão da Emissora são garantidas por (a) garantia fidejussória da AEGEA Saneamento; (b) por penhor de ações equivalentes a 40% (quarenta por cento) do capital social da Emissora, detidas pela AEGEA Saneamento; e (c) por cessão fiduciária de 40% (quarenta por cento) dos direitos creditórios de titularidade da Emissora advindos do contrato de concessão n. 104, conforme previsto na escritura de emissão.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

7.3.1 Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo referido na Cláusula 7.3 acima, caberá à Emissora efetuar-la.

7.3.2 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.3 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato à Emissora para que comunique os Debenturistas, mediante convocação de Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de sua substituição.

7.3.4 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo de distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu eventual substituto, em assembleia geral de debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.5 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.6 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEMS, onde será inscrita a presente Escritura.



7.3.7 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.8 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (iii) responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- (iv) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (v) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (vi) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para inscrição desta Escritura sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vii) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (viii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (ix) verificar a regularidade da constituição das garantias prestadas aos Debenturistas, bem como sua exequibilidade, após atendidos os requisitos legais para constituição das garantias reais e garantia fidejussória;
- (x) intimar a Emissora a reforçar as garantias dadas, na hipótese de sua deterioração ou depreciação;
- (xi) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas, juntas de conciliação e julgamento e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora e/ou Interveniente Garantidora;



- (xii) solicitar, quando considerar necessário, e de forma justificada e por escrito, auditoria extraordinária na Emissora;
- (xiii) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9.1 acima;
- (xiv) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xv) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora deverá enviar todas as informações financeiras e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, inclusive organograma do grupo societário da Emissora, contendo controladores e integrantes de bloco de controle, controladas, sociedades sob controle comum e coligadas, no encerramento de cada exercício social, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Companhia até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório.
 - (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições, vendas, resgate, conversão e repactuação de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) constituição e aplicações do fundo de amortização de debêntures, quando for o caso;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (j) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures;
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28 (conforme alterados); e



- (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário.
- (xvi) colocar o relatório de que trata o item (xv) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (a) na sede da Emissora;
 - (b) no escritório do Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM; e
 - (d) na sede do Coordenador Líder.
- (xvii) publicar, nos órgãos da imprensa onde a Emissora deva efetuar suas publicações, comunicado aos Debenturistas de que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados no item (xvi) acima;
- (xviii) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Liquidante, ao Escriturador Mandatário e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, assim que subscrever, integralizar ou adquirir as Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Banco Liquidante, o Escriturador Mandatário e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos titulares;
- (xix) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (xx) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ciência pelo Agente Fiduciário de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados mais esclarecimentos. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
- (xxi) verificar a manutenção da suficiência e exequibilidade das garantias prestadas; e
- (xxii) disponibilizar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou de seu *website*, o valor unitário das Debêntures calculado pelo Agente Fiduciário e verificado pela Emissora.

7.4.1 Adicionalmente, cabe ressaltar que o Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos de administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico, exceto pela verificação da regular constituição dos referidos documentos, conforme previsto na Instrução CVM 28, e que tenha sido, ou venha a ser, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será, ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de tais documentos, os quais permanecerão sob a obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.



7.4.2 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações da Escritura e dos demais documentos da operação.

7.4.3 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii) relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas Garantias Reais, somente serão válidas, mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.4.4 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável e/ou desta Escritura.

7.4.5 O Agente Fiduciário pode se balizar nas informações que lhe forem disponibilizadas pela Emissora para acompanhar o atendimento dos *covenants* financeiros.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, uma vez não remediado no respectivo prazo de cura e observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios nas condições especificadas;
- (ii) executar a garantia adicional, aplicando o produto no pagamento integral ou proporcional dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência da Emissora, caso seja de interesse dos Debenturistas;
- (iv) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial da Emissora, se for o caso.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo), esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.



7.7 Será devido ao Agente Fiduciário honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, parcelas anuais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), sendo a primeira parcela devida em 5 (cinco) dias úteis após a assinatura da Escritura e as demais na mesma data dos anos subsequentes.

7.7.1 A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora. O pagamento da remuneração descrita acima deverá ser feito ao Agente Fiduciário, acrescido dos valores relativos aos impostos e incidentes sobre o faturamento: ISSQN (Imposto sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social) e COFINS (Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social), e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o Imposto sobre a Renda, incluindo quaisquer juros, adicionais de impostos multas ou penalidades correlatas que porventura venham a incidir com relação a tais tributos sobre operações da espécie, bem como, quaisquer majorações das alíquotas já existentes, de forma que o Agente Fiduciário receba a remuneração como se tais tributos não fossem incidentes.

7.7.2 A remuneração será reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela anual, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas (“IGP-M/FGV”), e na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier substituí-lo, calculada *pro rata die*, se necessário.

7.7.3 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência da remuneração ora proposta, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, ficando os valores em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

7.7.4 A remuneração será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário, ainda esteja atuando na cobrança de cumprimento de obrigações da Emissora, e não inclui o pagamento de honorários de terceiros especialistas, tais como auditores independentes, advogados, consultores financeiros, entre outros.

7.7.5 A remuneração ora proposta não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, quais sejam: (i) publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis; (ii) reconhecimento de firmas, cópias autenticadas, notificações, extração de certidões, fotocópias, digitalizações e envio de documentos; (iii) despesas com *conference call* e contatos telefônicos; (iv) despesas com viagens, transportes, alimentação e estadas; (v) despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização; (vi) eventuais levantamentos adicionais, especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas; dentre outros.

7.7.6 O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante crédito em conta indicada pelo Agente Fiduciário a ser realizado pela Emissora.

7.8 A Emissora, sempre que possível mediante prévia aprovação por escrito, ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.



7.8.1 O Agente Fiduciário fica desde já ciente e concorda com o risco de não ter as despesas dispostas na Cláusula 7.8 acima reembolsadas caso tenham sido realizadas em discordância com (i) os critérios de bom senso e razoabilidade geralmente aceitos em relações comerciais do gênero, e (ii) a função fiduciária que lhe é inerente.

7.8.2 O ressarcimento a que se refere a Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 10 (dez) dias úteis após a entrega à Emissora de cópia dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

7.8.3 No caso de ocorrência de um Evento de Vencimento Antecipado, todas as despesas decorrentes de procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e ressarcidas pela Emissora. Caso a Emissora se recuse a pagar, as despesas poderão ser adiantadas pelos Debenturistas. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, correspondem a depósitos, custas, taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário e quaisquer outras despesas decorrentes da atuação deste, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. Os honorários de sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportados pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

7.8.4 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.5 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário no exercício de sua função ou decorrente deste exercício, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas.

7.8.6 No caso de inadimplemento superior a 30 (trinta) dias pela Emissora em relação ao pagamento da remuneração e das despesas reembolsáveis ao Agente Fiduciário, esses valores deverão ser adiantados pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidos pela Emissora.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2 Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3 A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário, (ii) pela Emissora, (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação, ou (iv) pela CVM. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas far-se-á mediante edital publicado por 3 (três) vezes, com a antecedência de, no mínimo, 15 (quinze) dias, em um jornal de grande circulação, utilizado pela Emissora, dispensa a necessidade de convocação no caso de presença dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.



8.4 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

8.5 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais dos Debenturistas.

8.6 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.7 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.8 Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, exceto quando de outra forma prevista nesta Escritura e nas hipóteses de alteração de prazos, valor e forma de remuneração das Debêntures, alteração dos termos e condições da Fiança e Garantias Reais, amortização e/ou resgate ou alteração/exclusão das hipóteses de declaração de vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário, que dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa inteiros por cento) das Debêntures em circulação ("Quorum Qualificado").

8.8.1 A alteração dos quoruns definidos nesta Escritura dependerá da aprovação de 90% (noventa inteiros por cento) das Debêntures em circulação.

8.8.1.1 Para efeito da constituição de quorum de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como "Debêntures em Circulação" aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas do número de tais Debêntures aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas sociedades controladas e coligadas, bem como respectivos diretores ou conselheiros e respectivos parentes até segundo grau e respectivos cônjuges destes últimos.

8.8.1.2 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.

8.8.1.3 As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns nesta Escritura de Emissão, vincularão a Emissora e obrigarão todos os titulares de Debêntures em circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA E DA INTERVENIENTE GARANTIDORA

9.1 A Emissora declara e garante que:

(i) é sociedade devidamente constituída, organizada e registrada junto à CVM como sociedade por



TEXT_SP 8374194v6 11470/2 37

ações de capital aberto categoria "B", com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;

- (ii) está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura, do Contrato de Colocação, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto, e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (v) a celebração da Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data; e/ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, inclusive ambientais, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações e concessão das Garantias Reais, nos termos desta Escritura, das Debêntures e dos respectivos Contratos de Garantia, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição da Escritura na JUCEMS, o registro da Escritura nos Cartórios, o registro dos Contratos de Garantia nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos e o registro das Debêntures na CETIP;
- (vii) não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções em relação a esta Emissão;
- (viii) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (ix) manterá os seus bens adequadamente segurados, nos termos da Cláusula 6.1, inciso (xvi), acima;
- (x) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, na data em que esta declaração é feita, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (xi) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada por sua livre vontade;
- (xii) a Emissora tem todas as autorizações, inclusive ambientais exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais necessárias para exercício de suas atividades, estando todas elas válidas, inclusive declara e garante que solicitará e manterá válidas todas e quaisquer autorizações de que trata esse item (xii), as quais venham a ser futuramente necessárias e exigidas pelas autoridades



federais, estaduais e municipais para exercício de suas atividades;

- (xiii) as demonstrações financeiras da Emissora datadas de 30 de junho de 2014, 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora, sendo que, desde as últimas demonstrações financeiras disponíveis, não houve alteração significativa de sua condição financeira e nem aumento substancial do endividamento;
- (xiv) não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora, que possa vir a afetar de forma material a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações previstas nesta Escritura, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial e/ou por aquelas constantes das demonstrações financeiras da Emissora;
- (xv) exceto por aqueles descritos no Formulário de Referência da Emissora, não há qualquer procedimento administrativo ou judicial questionando, de qualquer forma, a Concessão ou visando à extinção da Concessão;
- (xvi) o Formulário de Referência da Emissora (a) contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissora, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contém declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contém omissões de fatos relevantes; e (d) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM;
- (xvii) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 acima; e
- (xviii) responsabiliza-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão.

9.2 A Interveniente Garantidora declara e garante que:

- (i) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários, necessários para tanto;
- (ii) é sociedade devidamente constituída, organizada e registrada junto à CVM como sociedade por ações de capital aberto categoria “B”, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (iii) a Fiança ora prestada constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Interveniente Garantidora, exequível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- (iv) a prestação da Fiança é compatível com sua situação financeira e operacional nesta data;
- (v) as demonstrações financeiras da Interveniente Garantidora datadas de 30 de junho de 2014, 31 de



dezembro de 2013, 2012 e 2011, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Interviente Garantidora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Interviente Garantidora, sendo que, desde as últimas demonstrações financeiras disponíveis, não houve alteração significativa de sua condição financeira e nem aumento substancial do endividamento;

- (vi) o Formulário de Referência da Interviente Garantidora (a) contém todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Interviente Garantidora, de suas atividades e situação econômico-financeira, dos riscos inerentes às suas atividades, e quaisquer outras informações relevantes; (b) não contém declarações ou informações falsas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes; (c) não contém omissões de fatos relevantes; e (d) foi elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo as normas da CVM;
- (iv) a celebração desta Escritura e a prestação da Fiança aqui estabelecida não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa ou judicial, contrato ou instrumento do qual a Interviente Garantidora seja parte, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos, (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Interviente Garantidora ou de qualquer de seus controladores, exceto por aqueles já existentes na presente data e/ou (c) a rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (v) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Interviente Garantidora de suas obrigações nos termos da presente Escritura, ou para a realização da Emissão, exceto pelo registro da presente Escritura na JUCEMS e nos Cartórios competentes, e o registro das Debêntures junto à CETIP;
- (vi) não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Interviente Garantidora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa impedir a outorga da Fiança;
- (vii) não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Interviente Garantidora em prejuízo dos Debenturistas;
- (viii) as obrigações assumidas nos termos desta Escritura não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, inclusive, porém não limitados, aos seguintes: (i) qualquer extensão de prazo ou acordo entre os Debenturistas e a Interviente Garantidora; (ii) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos titulares das Debêntures contra a Emissora; ou (iii) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive sua falência, pedido de recuperação extrajudicial ou judicial;
- (ix) não têm qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação à outorga da Fiança;
- (x) as informações e declarações contidas nesta Escritura em relação à Interviente Garantidora e à Emissão, conforme o caso, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes; e
- (xi) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura.



h
on

10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) Para a Emissora:

ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1744, 8º andar, Jardim Paulistano
01451-910, São Paulo, SP, Brasil

At.: Ana Paula Fernandes Achcar/Silvia Leticia Tesseroli

Telefone: (11) 3818-8150

Fax: (11) 3818-8156

Email: ana.achcar@aegea.com.br / silvia.leticia@aegea.com.br / op.financeiras@aegea.com.br

(ii) Para a Interveniente Garantidora:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES

Endereço: Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1744, 8º andar, Jardim Paulistano
01451-910, São Paulo, SP, Brasil

At.: Ana Paula Fernandes Achcar/ Silvia Leticia Tesseroli

Telefone: (11) 3818-8150

Fax: (11) 3818-8156

Email: op.financeiras@aegea.com.br

(iii) Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4200, Bloco 8, Ala B, Salas 303 e 304, Barra da Tijuca
Rio de Janeiro, RJ

CEP 22640-102

At.: Sras. Nathalia Machado Loureiro, Marcelle Motta Santoro e Sr. Marco Aurélio Ferreira

Telefone: (21) 3385-4565

Fax: (21) 3385-4046

e-mail: backoffice@pentagonotruster.com.br

(iv) Para o Banco Liquidante:

ITAÚ UNIBANCO S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre Olavo Setubal
São Paulo, SP

CEP 03084-010

At.: Sr. Luiz Petito

Tel.: (11) 2797-4441

Fax: (11) 2797-3140

e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(v) Para o Escriturador Mandatário:



ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
São Paulo, SP
CEP 04538-132
At.: Sr. Luiz Petito
Tel.: (11) 2797-4441
Fax: (11) 2797-3140
e-mail: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

(vi) Para a CETIP:

CETIP S.A. – MERCADOS ORGANIZADOS

Avenida República do Chile, nº 230, 11º andar
Rio de Janeiro, RJ
CEP 20031-170
Telefone: (21) 2276-7474
Fax: (21) 2252-4308/2262-5481 ou

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
São Paulo, SP
CEP 01452-001
At.: Gerência de Valores Mobiliários
Telefone: (11) 3111-1596
Fax: (11) 3115-1564
e-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

10.1.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.1.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.1.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada a todas as Partes pela Emissora.

10.2 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábados, domingos e feriados nacionais, no Município de Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, ou no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.

10.3 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.



10.4 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.6 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.7 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.8 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura e da Fiança, bem como de eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora e Interveniente Garantidora.

11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro Central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

São Paulo, 20 de agosto de 2014.

[REstante da página intencionalmente deixado em branco]



(Página 1 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.)

EMISSIONORA:


Por: _____
Cargo: _____
Flavio M. Tarchi Crivellari
RG: M 667.862-4
CPF: 885.468.616-14

ÁGUAS GUARIROBA S.A.


Por: _____
Cargo: _____

Felipe Bueno M. Ferraz
Diretor
RG: 15.852.496-2
CPF: 262.835.688-07



(Página 2 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.)

INTERVENIENTE GARANTIDORA:

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.



Por:

Cargo: Flavio M. Tarchi Crivellari

RG: M 667.862-4

CPF: 885.468.616-14

Por:

Cargo:

Felipe Bueno M. Ferraz

Diretor

RG: 15.852.496-2

CPF: 262.835.688-07



2
07

(Página 3 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.)

AGENTE FIDUCIÁRIO:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Rosane Basilio

Por: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60



TEXT_SP 8374194v6 11470/2 46

Handwritten marks: a stylized 'd' and a circle with a dot.

(Página 4 de 4 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.)

TESTEMUNHAS:

1. 

Nome:

RG:

Alexandre Coelho Matias

RG: 28.405.881-6 SSP/SP

CPF: 375.604.978-70

2. 

Nome:

RG:

Marcelo Roberto Passos Viana Filho

RG 08636914-30 SSP/BA

CPF 019.448.333-52



TEXT_SP 8374194v6 11470/2 47



ANEXO I

PRIMEIRO ADITAMENTO AO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 2ª EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA A SER CONVOLADA EM GARANTIA REAL COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Pelo presente instrumento particular,

ÁGUAS GUARIROBA S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários – (“CVM”), constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município de Campo Grande, Estado do Mato Grosso do Sul, na Rua Antonio Maria Coelho, n.º 5401, Bairro Santa Fé, CEP 79.021-170, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 04.089.570/0001-50, neste ato representada nos termos de seu estatuto social (“Emissora” ou “Companhia”); e

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira, constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 08, Ala B, Salas 303 e 304, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada na forma de seu estatuto social, nomeada neste instrumento para representar, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas da presente emissão (“Debenturistas”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”).

E, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com registro de companhia aberta perante a CVM, constituída sob as leis brasileiras, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.744, 8º andar, sala 1, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.827.501/0001-58, neste ato devidamente representada por seus representantes legais (“AEGEA Saneamento” ou “Interveniente Garantidora” e em conjunto com a Emissora e o Agente Fiduciário, “Partes”).

Celebram o Primeiro Aditamento (“Aditamento”) ao “Instrumento Particular de Escritura da 2ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirografária com Garantia Adicional Fidejussória a ser Convolada em Garantia Real com Garantia Adicional Fidejussória, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Águas Guariroba S.A.” (“Escritura”, “Emissão” e “Debêntures”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. ALTERAÇÕES



2

01

1.1. O presente Aditamento tem como único objetivo convolar as Debêntures de Espécie Quirografária, com garantia adicional fidejussória, em Debêntures com Garantia Real, com garantia adicional fidejussória, e atender às solicitações da CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”).

1.2. Em razão da alteração descrita no item 1.1. acima e considerando a ocorrência da perfeita formalização das Garantias Reais, a Escritura deverá ser alterada de forma a considerar a constituição das Garantias Reais e a alteração da espécie das Debêntures, onde aplicável.

2. AUTORIZAÇÃO

2.1 Todas as aprovações para constituição das garantias real foram deliberadas em Reunião do Conselho de Administração da Emissora e em Reunião do Conselho de Administração da Interviente Garantidora, realizadas em 12 de agosto de 2014, nas quais também houve a deliberação das condições da Emissão, nos termos do artigo 59, §1º, da Lei das Sociedades por Ações.

3. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO

3.1. O Aditamento deverá ser levado a registro pela Emissora na Junta Comercial do Mato Grosso do Sul (“JUCEMS”) em até 5 (cinco) dias úteis da data de respectiva assinatura, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações, e enviado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do respectivos registro, pela Emissora ao Agente Fiduciário.

3.2. Em virtude da Fiança prestada pela Interviente Garantidora, o presente Aditamento será registrado nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos (“Cartórios”) das Cidades de (i) São Paulo, no Estado de São Paulo, (ii) Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, e (iii) Campo Grande, no Estado de Mato Grosso do Sul, em até 10 (dez) dias úteis a contar da data de sua assinatura, de forma a regularizar a Escritura que encontra-se registrada nestes Cartórios. No prazo de 10 (dez) dias úteis após tal registro, a Emissora encaminhará ao Agente Fiduciário uma via original deste Aditamento.

3.3. A CETIP deverá ser comunicada sobre a celebração do presente Aditamento em 5 (cinco) dias após a assinatura do Aditamento.

4. RATIFICAÇÕES

4.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura que não expressamente alteradas por este Aditamento, o qual não constitui de qualquer forma a novação de quaisquer termos da Escritura.

5. DISPOSIÇÕES GERAIS

5.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

E, por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam o presente Aditamento, em 7 (sete) vias de igual teor e forma, na presença de 02 (duas) testemunhas.



São Paulo, [•] de [•] de 2014.

ÁGUAS GUARIROBA S.A.

Por:
Cargo:

Rosane Basilio

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: Rosane da Silva Basilio
Cargo: Procuradora
RG: 41.295.392-4
CPF: 421.493.088-60

AEGEA SANEAMENTO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Por:
Cargo:

TESTEMUNHAS

1. _____
Nome:
RG nº:

2. _____
Nome:
RG nº:

